

## **Educação bancária: uma questão filosófica de aprendizagem**

Prof. Dra. *Maria Judith Sucupira da Costa Lins*  
Faculdade de Educação – UFRJ  
mariasucupiralins@terra.com.br

### **Resumo**

Este artigo pretende discutir a ideia de Educação Bancária a partir da reflexão filosófica da aprendizagem. Entende-se aprendizagem como resultado de aquisições que transformam o sujeito e o papel do professor no processo de aquisição da aprendizagem é fundamental. O principal objetivo deste artigo é analisar o significado da aprendizagem que acontece a partir de informação que a pessoa recebe, principalmente do professor. O processo de aprendizagem acontece se um professor, ou alguma outra pessoa fornecer informação básica aos estudantes que lhes dê material que possa ser usado por eles para construção da aprendizagem. Aprendizagem é possível por meio de aquisição de algo novo, e mesmo que os alunos tenham que descobrir algo, professores devem ensiná-los, o que não caracteriza uma filosofia da educação opressora. Finalmente, propomos que professores forneçam informação aos alunos para torná-los ricos de materiais que possam multiplicar e usar segundo o próprio discernimento. Receber informação externa é importante para todos de modo que tenham material a ser melhorado, desenvolvido e usado.

**Palavras chave:** Educação Bancária. Filosofia da Educação. Ensino/Aprendizagem. Aquisição de Informação. Professor.

### **Banking education: a philosophical learning question**

#### **Abstract**

This article aims to discuss the idea of Bank Education from the point of view of philosophy of learning. Learning is taken as a result of achievement that changes individuals and teacher's role is basic for this learning process. Main objective of this article is to analyze the meaning of learning that occurs concerning information that a person receives specially from teacher. Learning process happens if a teacher, or somebody else, provides primary information to students in order to give them material that can be used by them to build learning. Learning is possible through acquisition of something new, and even if students have to discover something, teachers must teach them, and this is not an oppressive philosophy of education. Finally we propose that teachers provide information to students to let them be rich of material to multiply and use according to their own reflexion. Receiving information from outside is important for everybody in order to have stuff to be improved, developed and used.

**Key words:** Bank Education. Philosophy of Education. Teaching/Learning. Information achievement. Teacher.

#### **Introdução**

O conceito “Educação Bancária” vem sendo repetido, nas últimas décadas, por educadores de forma constante e variada além de muitas vezes sem uma precisão conceitual. Esta conhecida expressão do vocabulário de Paulo Freire ganha interpretações diversas e por isso se reveste de

características que a tornam objeto de maior discussão por parte dos educadores. Paulo Freire (1974), em sua conhecida obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*, conceitua a Educação Bancária como imposição do conhecimento realizada pelo professor sobre o aluno na medida em que o professor já os havia adquirido e dispõe destes sendo assim possível sua ação de depósito deste conhecimento nos alunos. Como diz Paiva (1980, p.139) “Não devemos subestimar o efeito do seu livro *Pedagogia do Oprimido*”, pelo contrário, apresentamos esta reflexão exatamente pela enorme repercussão atingida pela obra e especialmente pelo conceito.

Tratar-se-ia de uma atitude autoritária e opressiva sobre alunos que se encontrariam passivos e apenas receptivos dos conteúdos e informações que o professor neles depositaria. Este modelo tende a apresentar o professor como alguém que exerce um papel arbitrário sobre o grupo de alunos, os quais estão inteiramente inertes. Desta forma, a prática de se ensinar conteúdos e informar os alunos para que a aprendizagem seja realizada vem sendo entendida como uma atitude tirânica e opressora que deve ser banida das escolas.

Este artigo discute a validade do uso desta expressão e de sua generalização. E busca também argumentar sobre as possibilidades da existência de vantagens em se receber conhecimentos que são transmitidos pelos professores, a partir de reflexões filosóficas sobre questões da aprendizagem.

O conhecido autor pernambucano Paulo Freire (1921-1997) discorre sobre a dicotomia professor-aluno na situação de ensino aprendizagem estabelecendo uma distância intransponível entre os dois, criada no caso em que houver a situação de informação dada pelo professor. Neste modelo é edificada uma barreira entre professor e aluno que é explicada a partir da existência da transmissão de conhecimentos que devem ser organizados por um e recebidos pelo outro. No entanto, há sempre o que se transmitir e se receber, sem com isto se estabelecer uma situação de onipotência de um lado e de tabula rasa de outro. Na perspectiva freiriana, seguindo-se esta prática, existe apenas uma situação, a qual foi denominada Educação Bancária, na qual o pensador vê o confronto entre o professor e o aluno de modo que o primeiro faz a exposição de conteúdos e o segundo permanece em uma passiva atitude de mero recebimento destes.

Convém desde logo se destacar a importância e a grande contribuição da metodologia criada por Paulo Freire para a Educação de Adultos. Não será analisada esta faceta, sobre a qual já existe extensa bibliografia, mas sim a transposição que vem sendo feita das ideias deste educador para o plano do Ensino Fundamental, tendo sido originalmente direcionadas para a Educação de Adultos. Educadores não desconhecem as diferenças psicológicas, sociológicas, biológicas e de desenvolvimento integral entre adultos e crianças. É preciso que fique bem clara a distinção entre

alunos adultos e alunos que ainda estão em processo de desenvolvimento de sua personalidade.

A discussão sobre como se realiza a aprendizagem reúne especificamente dois aspectos que podem ser entendidos como a reflexão sobre a pessoa que aprende e porque aprende e as contribuições das teorias de aprendizagem. Trata-se de um problema fundamental da filosofia da educação e que tem sua raiz na própria indagação sobre quem é a pessoa, suas potencialidades e sua realização enquanto ser humano. O fenômeno da aprendizagem é uma realidade cotidiana, principalmente porque sabemos que o ser humano é um ser de cultura, alguém que se aperfeiçoa na medida em que se afasta da sua natureza instintiva primitiva e prossegue na construção de sua personalidade.

Neste artigo é destacado o conceito “Educação Bancária” porque este vem sendo utilizado por educadores de forma repetitiva e muitas vezes aleatória, sem uma atenção ao significado e suas consequências. Esta conhecida expressão do vocabulário de Paulo Freire ganha interpretações variadas que acarretam práticas com resultados nem sempre desejáveis. Vale a pena lembrar que Paulo Freire em sua intuição de grande genialidade criou um método de alfabetização para adultos em situação extra-escolar.

O objetivo desta reflexão é também levantar a dúvida sobre a real natureza do que se poderia denominar “Educação Bancária” ao mesmo tempo em que se mostra o ensino e a aprendizagem por recepção (AUSUBEL, 1965a) como significativo e importante. Este mesmo autor, em outro artigo, lembra que “poucos instrumentos pedagógicos, em nosso tempo, têm sido mais repudiado de forma errônea por educadores do que o método de ensino verbal.” (AUSUBEL, 1965b, p.87) É o que se verifica em grande número de salas de aula.

Não pretendemos neste artigo analisar as diferentes teorias de aprendizagem. Cada um, de modo peculiar reivindica seus próprios conceitos como básicos, embora, nenhum dos autores dispense o uso da informação básica a ser recebida pelo aprendiz, mesmo se considerando a proposta de uma radical aprendizagem por descoberta como inicialmente Bruner apresenta (1960). Será tomada como base, neste breve estudo, uma argumentação que permita a reflexão filosófica da questão da aprendizagem, a partir da análise da construção da Aprendizagem Receptiva Significativa elaborada segundo as pesquisas de David P. Ausubel (1969, 1980). Este artigo não visa uma metodologia de aprendizagem que seria desenhada com duas posições opostas, mas se volta para a questão filosófica da aprendizagem e pretende que se entenda o aluno como uma pessoa *in fieri* que necessita de alguém para ajudá-lo na própria descoberta de si mesmo e da realidade (LINS, 2008), o que acontecerá pela elaboração que vier a fazer com os conteúdos recebidos, ou depositados em sua conta bancária. Esta metáfora é elucidativa, pois os conteúdos ensinados pelo

professor são a riqueza a ser adquirida pelos alunos que multiplicarão esta quantia que lhes foi confiada. Cada aluno fará render os ensinamentos recebidos segundo suas capacidades e seu modo particular de gerenciar suas próprias habilidades.

### **Educação e Aprendizagem**

Diferentes explicações sobre o ser humano, e como este se desenvolve e realiza processos de aprendizagem, pretendem igualmente propiciar o maior sucesso da ação educativa. Teorias da aprendizagem visam esclarecer como esta acontece e apresentam diferentes concepções e explicações, tendo, no entanto, como ponto em comum (HILGARD, 1948) que a aprendizagem é sempre uma mudança.

A pessoa que aprende e a pessoa que ensina estão ambos no mesmo caminho e com o mesmo objetivo, ultrapassando aspectos imediatos e visando questões da própria educação. Estabelecemos estes papéis por sua designação específica, sem nos esquecermos da troca de experiências, mas voltados aqui para a preocupação concernente à relação aluno/professor. Entendamos o processo de aprendizagem dentro do universo mais amplo que é a Educação e analisemos esta como a atividade necessária ao pleno desenvolvimento da pessoa. É por meio da Educação que a pessoa cresce integralmente, como eu e como ser no grupo, pois

O homem e o grupo se confundem e, por vezes, um sobrepuja o outro. O homem encontra-se a si mesmo, subordinando-se ao grupo. O grupo atinge sua finalidade, servindo ao homem e compreendendo que ele tem segredos que lhe escapam e uma vocação que lhe é estranha. (MARITAIN, 1959, p.34).

O ser humano é ser de liberdade e por isso não traz determinismos biológicos que restrinjam seu desenvolvimento. Um ser humano dá significado às coisas à sua volta, ao mundo que se estende cada vez mais à sua frente e este é o ponto crucial de sua formação educativa. A aprendizagem, como instrumento a serviço do processo educativo, precisa ter significado para quem aprende. O aluno fará aquisições e deverá reter o que aprendeu para depois generalizar o uso da sua aprendizagem (LINS, 2004) numa perspectiva sempre crescente.

É importante que se tenha bem claro o objetivo da realização da aprendizagem dos alunos e para isso muitos são os fatores de influência. A preocupação de Paulo Freire quanto à construção da aprendizagem é fundamental e inegável tem sido sua contribuição à reflexão sobre esta e outras questões educacionais. No entanto, seus escritos nem sempre apresentam uma precisão técnica (PAIVA 1980), embora haja uma preocupação com a situação social e o contexto da realidade do aluno. Continua Paiva (1980) como resultado de seu minucioso estudo sobre a construção do

pensamento freiriano que há uma ausência de desdobramento das idéias, mesmo que interessantes e “foram exatamente estas características que permitiram a cada leitor fazer de seus livros a leitura que mais lhe conviesse e utilizar seu método de forma compatível com tal leitura.” (PAIVA, 1980 p. 17)

Na realização da aprendizagem, a questão do significado é crucial para transformar a “Educação Bancária” que pode se tornar algo mecânico e sem valor numa proposta filosoficamente coerente com o desenvolvimento do aluno. Neste sentido, pode-se observar que

Uma das dificuldades que observamos ao ensinar uma criança a ler é que grande parte do material utilizado não é *significativo* para a criança. Consequentemente, as palavras componentes não formam proposições significativas para elas, o que impede uma *compreensão* das frases ou sentenças através de seus processos cognitivos habituais. Ao tentar preparar materiais de leitura considerados ‘ fáceis’ para o principiante, produzimos materiais essencialmente sem sentido que anulam o poder da aprendizagem significativa e da percepção, como um instrumento que desvenda o código impresso. (AUSUBEL, 1980, p.53)

Certamente que o quadro descrito do que se vem compreendendo em relação à expressão cunhada por Freire (1983) não traz frutos nem pode ser considerado positivo. A Educação Bancária tal como é apresentada, se fosse esta a sua definição única, não poderia ser aceita por nenhum educador. Educação é um processo de transformação de modo que a pessoa cada vez mais se afasta das limitações de sua natureza para um imenso leque de possibilidades criativas. Há que se entender, em cada pessoa, as suas peculiaridades, habilidades e capacidades. Numa perspectiva, por exemplo, de inteligências múltiplas (GARDNER,1993) o professor precisa conhecer qual a função predominante no aluno para melhor efetuar os chamados “depósitos bancários.” Os incentivos e as oportunidades oferecidas pelo professor, juntamente com materiais adequados e instruções significativas facilitarão os futuros desdobramentos que os alunos farão.

A proposta deste artigo é que se pode entender Educação Bancária de uma forma diferente, positiva e que valoriza a seleção de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula e que são organizados sob a responsabilidade do professor. Numa nova perspectiva, a Educação Bancária seria uma maneira de ensinar que respeita o aluno e não o deixa na passividade, pelo contrário, oferece ao aluno condições para que trabalhe ativamente em benefício de seu próprio enriquecimento intelectual, social e afetivo. A escola tem a responsabilidade social de apresentar currículos estruturados ao aluno e metodologias bem organizadas que veiculem os conteúdos preparados pelos professores (NAMO DE MELO, 1994). Esta revolução de modelo de aprendizagem ainda hoje se faz necessária.

A interpretação que se faz da narração da cena de sala de aula na citada obra tem levado a

extremos inacreditáveis. Os alunos não mais têm que receber conhecimentos, e supostamente, eles seriam capazes de sozinhos descobrirem informações e inventarem a roda novamente. O referido autor não está sozinho nesta proposta.

Educar alguém implica lhe propor um caminho de aprendizagens, seja de forma menos organizada, na família e em outras instâncias, ou da maneira mais sistematizada que é o papel da escola. De maneira geral se tende a unir os conceitos de Aprendizagem e Educação, o que na realidade leva a um erro de concepção filosófica sério. Educação é um processo de aperfeiçoamento contínuo da pessoa que envolve valores e construção do caráter, organização da personalidade e inserção social. Trata-se de uma esfera muito ampla que na realidade contém, entre outras, a esfera da Aprendizagem. Aprendizagem é uma passagem da ausência de alguma capacidade, seja esta motora ou cognitiva, para a demonstração da posse desta mesma anteriormente inexistente. Aprende-se a pular numa perna só ou a escrever o próprio nome e a resolver equações de segundo grau, o que não acarreta necessariamente um progresso no que diz respeito à Educação. A Educação implica procedimentos de Aprendizagem, mas nem toda Aprendizagem é Educação.

É preciso que se tenha bastante nítida esta distinção para se entender a importância da aquisição de conteúdos oferecidos por um professor. Trata-se de uma oportunidade privilegiada que não pode ser desperdiçada por nenhum aluno. Desde a antiguidade, as grandes civilizações organizaram escolas, cada uma segundo suas peculiaridades sociais, culturais e políticas, de forma que as novas gerações pudessem aprender e também que os jovens ali presentes pudessem se educar. Por meio da aquisição de conteúdos, cada pessoa fará a sua trajetória educativa. Não se pode prescindir de ferramentas fundamentais, como por exemplo, a alfabetização, para se prosseguir tanto nos processos de aprendizagem como de educação.

A aquisição de conteúdos está claramente expressa na proposta ausubeliana de recepção significativa e apresenta resultados (AUSUBEL; ROBINSON, 1969)

A aprendizagem receptiva não é negativa, não é impositiva, não é coercitiva nem torna o aluno passivo, se for significativa.

A aprendizagem por descoberta, pura e simplesmente entendida como atividade que dispensa o depósito da informação prévia no aluno é dispersiva, traz enorme gasto de tempo e por isso se torna antieconômica e leva à perda da motivação e do interesse por parte do sujeito que aprende. A aprendizagem por recepção é mais rápida e possibilita mais retenção (LE FRANÇOIS, 1995).

Entendendo-se a pessoa do aluno como alguém em construção de si mesmo é possível se ter

claramente a ideia da importância de tudo o que o aluno já sabe, já traz de sua experiência anterior e a ampliará em experiências posteriores (DEWEY, 2010) e também do que já foi aprendido como elemento que servirá de âncora para outros conhecimentos (AUSUBEL, 1980).

O professor não pode se reduzir a um facilitador ou animador na medida em que tem a responsabilidade de ensinar, porque é de sua função fazer com que os alunos aprendam conteúdos específicos dos programas e currículos escolares. Organizar os dados de modo a possibilitar um ensino eficaz é fundamental para o professor, pois os alunos precisam ter acesso aos conteúdos de aprendizagem (NAMO DE MELO, 1994) e o direito de adquiri-los para que se transformem em elementos desencadeadores de criatividade nos alunos. Sem a posse de ferramentas aprendidas não será possível o aperfeiçoamento da pessoa que a educação tem como finalidade.

A perspectiva do papel do professor como mediador (VIGOTSKI, 1994) não se identifica a uma atividade meramente facilitadora das experiências de aprendizagem que os alunos precisam construir. No pensamento do psicólogo russo, o professor tem um papel fundamental na apresentação dos elementos de aprendizagem sem com isso descuidar das interações sociais que devem acontecer e do incentivo à criatividade de cada aluno.

Há frequentemente críticas a métodos de ensino que se preocupam em mostrar conceitos aos alunos e lhes trazer informação como se necessariamente estes fossem behavioristas ou neo-behavioristas. Muitas destas críticas são justificadas, principalmente aquelas referentes aos professores que se propõem a uma exposição exclusiva dos conteúdos de aprendizagem e exigem posteriormente a repetição memorizada em provas ou outros instrumentos da avaliação. Neste sentido, penso que a ideia de Educação Bancária não pode ser aceita. No entanto, não é este o conceito que entendemos quando pretendemos discutir sobre a validade da aquisição de conteúdos que o aluno deve fazer.

Estas e outras questões de como se realiza a aprendizagem em sala de aula precisam ser mais bem esclarecidas. Não se trata de conceder poder absoluto ao professor que se põe em frente aos alunos e lança os conteúdos de sua aula. É importante, porém, que o professor assuma a sua responsabilidade de trazer para os alunos conteúdos devidamente selecionados e significativos. Isto não quer dizer que o professor passe a competir com as múltiplas formas de aprendizagem que existem fora da sala de aula. Os alunos, provenientes de diversos níveis sócio-econômicos, aprendem o que os meios de comunicação lhes oferecem e é imprescindível não esquecer que a tecnologia cada vez mais propicia formas rápidas e contínuas de aprendizagem.

Com todas as formas maravilhosas de aprendizagem existentes fora da sala de aula, ainda

assim, o professor tem seu lugar no que se refere à apresentação dos conteúdos de ensino. As teorias cognitivas têm mostrado que “a aquisição de significados verbais não é uma manifestação de condicionamento.” (AUSUBEL, 1965a, p.74) e que se faz necessária a oralidade do professor para a aprendizagem. A linguagem verbal continua sendo um importante meio de ensino e aprendizagem que não pode ser confundida com formas autoritárias de atuação do professor nem sinonimizada a uma situação de passividade dos alunos. Alunos que escutam atentamente as explicações dos professores não estão em estado de passividade. Desde que aqueles conteúdos tenham significação para eles, estarão em intensa atividade de reflexão e criação, a partir da aquisição que fazem.

Para alguns educadores, os alunos não mais teriam que receber conhecimentos, e supostamente, eles seriam capazes de sozinhos descobrirem informações e inventarem a roda novamente. As ideias da aprendizagem por descoberta são principalmente encontradas no pensamento de seu maior expoente, Jerome S. Bruner (1960), psicólogo que mais projetou esta definição e defendeu a possibilidade de aprendizagem por iniciativa própria do aluno, o qual deveria descobrir os conteúdos que se tornariam então aprendidos. No entanto, observe-se que este mesmo autor, como resultado de posteriores pesquisas, modificou o tom de sua proposta e lembra a necessidade da palavra e do significado na relação ensino/aprendizagem (BRUNER, 1965). Em seus estudos mais recentes, Bruner vem se dedicando à análise do papel da cultura e se refere à aprendizagem construída por uma autonomia do aluno como “o romantismo de Paulo Freire...” (Bruner, 1986 p.141). Depois de experiências concernentes à aprendizagem por descoberta, observa-se hoje que até a própria descoberta precisa de informação que alguém forneça para a outra pessoa.

Analisando a Educação que acontece na escola é possível compreender o papel do professor, a sua tarefa e sua função em relação ao desenvolvimento do aluno por meio da aprendizagem. Desde a seleção curricular até os mínimos detalhes didáticos, o professor tem como objetivo providenciar condições aos alunos para que se aprimorem cada vez mais de modo que seja cada vez mais desnecessário e o aluno alce vôo por si só. Isto será uma consequência de um ensino de qualidade que respeita o aluno e por isso organiza a sala de aula de modo que o aluno receba conteúdos importantes nas aulas.

## **Reflexões finais**

Em primeiro lugar, como eterno aprendiz que somos, ousou dizer que desejo para mim, toda

vez que me posiciono como aluno, que me sejam dadas boas aulas, plenas de conteúdos significativos. Toda vez que me sento em carteiras e vejo à minha frente um professor, pretendo que este realize uma Educação Bancária. A curiosidade e o desejo de aprender quando são realmente muito fortes partem de elementos que são propostos pelo professor. Nestas reflexões finais, pensemos em todas as aulas muito bem preparadas pelos professores que se debruçaram sobre temas e ofereceram a seus alunos conteúdos organizados e motivadores.

Em sua detalhada análise Paiva (1980, p.138) chama a atenção para a postura de aprendizagem pretendida por Paulo Freire ao perguntar: “Acaso não é Freire reconhecido como pedagogo não-diretivo?” o que nos remete ao pensamento de Carl Rogers cuja influência desastrosa nas escolas vem sendo observada. Ser diretivo em sala de aula não pode ser considerado um exercício de autoritarismo, pelo contrário, com respeito e amor, o professor diretivo auxilia o aluno para que este não perca o seu caminho. Ao mesmo tempo, a pesquisadora cita um depoimento que lhe foi dado por uma coordenadora de Angicos em 1977 sobre esta atuação, dizendo que “As discussões nas classes eram por nós minuciosamente preparadas em reuniões nas quais discutíamos os objetivos diários. Assim, já sabíamos o que iríamos explorar nas aulas, quisessem os alunos ou não.” (Paiva, 1980, p. 139). Para que realmente as aulas funcionassem isto se fazia necessário e preparar a aula é um elemento constituinte da atividade do professor. Muitos outros trechos poderiam ainda ser citados neste mesmo teor, mas apresentaremos apenas o seguinte

A temática escolhida para os debates nos Círculos de Cultura apresenta cunho nitidamente nacionalista e desenvolvimentista e a aplicação prática do método indicava a presença de boa dose de diretividade. Apesar disso, observamos que as idéias pedagógicas e o método Paulo Freire de alfabetização de adultos tornaram-se, nos anos subseqüentes sinônimos de não-diretividade. (PAIVA, 1980, p.139)

Certamente há ainda um enorme trabalho a ser feito por professores para que a apresentação feita da matéria se torne significativa para os alunos e mereça ser adquirida. Somente deste modo os alunos poderão receber os depósitos e transformá-los em rendosas aplicações. Sem os depósitos realizados durante as aulas, os alunos não vão dispor do tesouro que o professor poderia lhes oferecer para ser utilizado em todas as situações posteriores de sua vida. Não há como obter rentabilidade do vazio.

Educação Bancária tal como é apresentada por Paulo Freire e amplamente divulgada, não pode ser aceita por nenhum educador que reflita sobre as necessidades de desenvolvimento da pessoa que aprende e sobre os resultados das pesquisas sobre aprendizagem. No entanto, esta expressão não pode ser definida apenas de uma maneira.

Podemos entender a expressão Educação Bancária de uma forma diferente, e isto é o que foi pretendido nesta exposição. Procuramos trazer à discussão outro lado do repetido termo, de modo que as aulas não fiquem esvaziadas. Entendemos que este quadro de ausência de oferecimento de conteúdos em sala de aula e que aparece como uma descrição do que se vem compreendendo em relação à expressão cunhada pelo autor não traz frutos nem pode ser considerado positivo.

Um dos pontos a ser salientado é que o problema não reside especificamente no fato de se depositar ou não conteúdos de ensino nos alunos, mas se estes têm significado para a vida de cada um e se estão adequados ao seu momento de desenvolvimento e às suas capacidades e ainda a forma como isto acontece. A responsabilidade do professor cresce enormemente quando se entende que:

A aprendizagem por recepção significativa é, por inerência, um processo ativo, pois exige, no mínimo: (1) o tipo de análise cognitiva necessária para se averiguarem quais são os aspectos da estrutura cognitiva existente mais relevantes para o novo material potencialmente significativo; (2) algum grau de reconciliação com as ideias existentes na estrutura cognitiva – ou seja, apreensão de semelhanças e de diferenças e resolução de contradições reais ou aparentes entre conceitos e proposições novos e já enraizados; e (3) reformulação do material de aprendizagem em termos dos antecedentes intelectuais idiossincráticos e do vocabulário do aprendiz em particular. A natureza e as condições da aprendizagem por recepção significativa ativa também exigem um tipo de ensino expositivo que reconheça os princípios da diferenciação progressiva e da reconciliação integradora nos materiais de instrução e que também caracterize a aprendizagem, a retenção e a organização do conteúdo das matérias na estrutura cognitiva do aprendiz. (AUSUBEL, 2001 p.6)

Esta longa citação textual se faz necessária para que se entenda o sentido da aprendizagem exposta pelo professor como exigente de intensa atividade do aluno, não se reduzindo em momento algum ao que se tem divulgado como depósito bancário opressivo e inócuo. O aluno não ficará passivo se suas estruturas mentais e seu desenvolvimento afetivo e social estiverem compatíveis com o que lhes é apresentado, pois ocorrerá uma motivação intrínseca muito forte resultante da congruência entre o material ensinado e sua capacidade de compreensão (PHILLIPS, 1972) o que deve ser uma busca incessante realizada pelo professor ao preparar as aulas.

Relembramos o que foi apresentado na introdução, referente à descrição de Paulo Freire (1974) do que chamou a Educação Bancária como imposição do conhecimento realizada pelo professor sobre o aluno na medida em que o professor já os adquiriu e dispõe destes sendo assim possível sua ação de depósito nos alunos. Tratar-se-ia de uma atitude opressiva sobre alunos que se encontrariam passivos e apenas receptivos daquilo que o professor depositaria.

Convidamos a um novo olhar sobre a sala de aula depois da reflexão sobre o processo de

aprendizagem que necessita de uma apresentação de conteúdos e que isto não quer dizer imposição. Um aluno lucrará com a vivência de depósitos contínuos em sua conta bancária cognitiva, afetiva, moral e social, pois deste modo terá sempre à disposição elementos para investir e fazê-los se multiplicarem tornando-se assim beneficiário da ação inicial de depósito em seu próprio desenvolvimento. A validade da expressão e de sua generalização deve ser objeto de reflexão e análise, de modo que o professor possa entender a importância do significado de sua aula expositiva, de seu empenho em trazer conhecimentos para os alunos e de lhes apresentar a matéria de forma compreensível. A importância da linguagem oral na sala de aula não pode ser negligenciada.

Há vantagens em se receber conhecimentos que são transmitidos pelos professores, desde que estes estejam adequadamente preparados e possuam significado profundo para cada pessoa particularmente, conforme seu desenvolvimento integral. A proposta deste artigo foi que se pode entender Educação Bancária de uma forma diferente daquela habitualmente presente nas escolas.

Sabemos que o trabalho do professor é exercido com uma paixão pelo outro, pela pessoa do aluno e não se resume a uma técnica didática ou na transmissão de princípios áridos, mas tem que incluir a apresentação de conteúdos, feita esta com significado e respeito ao aluno. Nesta perspectiva, a Educação Bancária seria uma maneira de ensinar que respeita o aluno e não o deixa na passividade. E mais ainda, vai cumular o aluno de riquezas presentes no conteúdo ensinado e na linguagem oral do professor que fornecem as condições para que possa usufruir destas da melhor maneira para o bem comum.

O problema que foi aqui apresentado deve ser refletido de modo que se chegue à compreensão da Educação Bancária de uma forma que respeita o aluno e não o deixa na passividade, mas o faz receber subsídios com os quais ele próprio fará seus investimentos e colherá os dividendos. Como professores-educadores, tenhamos presente o nosso papel, lembrando que a chamada educação antiautoritária não é educação, o ensino vazio não é ensino, mas renúncia ao respeito devido à pessoa do aluno. A ideia de que o professor não deve depositar conteúdos no aluno deriva da amplamente divulgada e falsa ideia de que existe uma autonomia no ser humano que já seria completo em si mesmo. Se assim fosse, não haveria necessidade de educação, nem de aprendizagem, nem de professores.

## **Referências**

- AUSUBEL, David. A cognitive structure view of word and concept meaning. In: ANDERSON, Richard; AUSUBEL, David (Ed.). *Readings in the Psychology of Cognition*. 1.ed. New York: Holt, Rinehart & Winston. p.58-75. 1965a.
- AUSUBEL, David. In defense of verbal learning. In: ANDERSON, Richard; AUSUBEL, David (Ed.). *Readings in the Psychology of Cognition*. 1.ed. New York: Holt, Rinehart & Winston. p.87-102. 1965b.
- AUSUBEL, David. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. 1.ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2001.
- AUSUBEL, David; ROBINSON, Floyd. *School learning: an introduction to educational psychology*. New York: Holt, Rinehart & Winston Inc. 1969.
- AUSUBEL, David; NOVAK, Joseph; HANESIAN, Helen. *Psicologia educacional*. 1. Ed. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1980.
- BRUNER, Jerome Seymour. *Process of Education*. 1.ed. New York: Vintage Books Random House, 1960.
- BRUNER, Jerome Seymour. Learning and thinking – a cognitive structure view of word and concept meaning. In: ANDERSON, Richard; AUSUBEL, David (Ed.). *Readings in the psychology of cognition*. 1.ed. New York: Holt, Rinehart & Winston. p. 76-86. 1965.
- BRUNER, Jerome Seymour. *Actual minds, possible worlds*. 1.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- DEWEY, John. *Experiências e Educação*, 1.ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.
- GARDNER, Howard. *Frames of mind: the theory of multiple intelligences*. 10th Tenth Anniversary Edition. New York: Basic Books, 1993.
- HILGARD, Ernst. *Theories of learning*. 1.ed. New York: Appleton Century Crofts, Inc. 1948.
- LEFRANÇOIS, Guy. *Theories of human learning*. 1.ed. Pacific Grove: Brooks/Cole. 1995.
- LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. Avaliando O processo de aprendizagem. *Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 42, p. 623-636, jan./mar. 2004.
- LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. Agentes da Educação: a relação educador e educando *COMMUNIO. Revista Internacional de Teologia e Cultura*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2 p.399-414, abr./jun. 2008
- MARITAIN, Jacques. *Rumos da Educação*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir. 1959
- NAMO DE MELLO, Guiomar. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro Milênio*. 1.ed. São Paulo: Cortez. 1994.
- PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista: Educação e transformação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Edições UFC. 1980.
- PHILLIPS, John. *Teoria de Piaget sobre as origens do intelecto*. 1.ed. Rio de Janeiro: Universidade Aberta/ Socicultur. 1972.